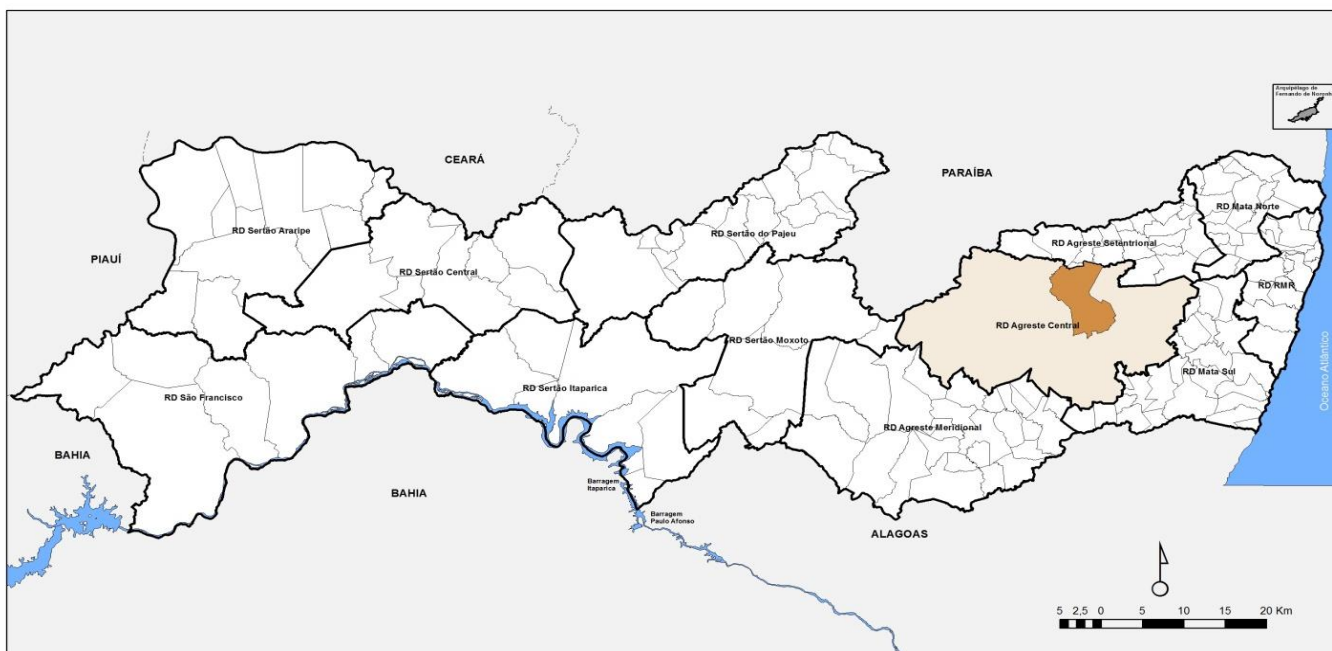


HISTÓRIA MUNICIPAL CARUARU



Desmembrado do município de Bonito

Data de criação da vila: 16/08/1848 Lei Provincial nº 212

Data de instalação: 16/09/1849

Data cívica (aniversário da cidade): 18/05

No início do século XVII, segundo a tradição local, a área da atual cidade de Caruaru era uma grande fazenda de criação, cujo proprietário terminou por abandoná-la em virtude de uma enfermidade que dizimou totalmente o gado, e que consistia em diarreia abundante, fraqueza, paralisia das pernas e morte. Os habitantes das redondezas, indígenas em sua maioria, passaram a denominar o local de *caruaru*. Segundo Sebastião de Vasconcelos Galvão, trata-se realmente de um vocábulo tupi, composto talvez de *caruara* (quebranto causado pelo feitiço, espécie de paralisia que ataca as pernas do gado e diarreia) + *u* (verbo, significando comer, devorar). Assim, o vocábulo caruaru exprimiria “destruído pela diarreia”. No entanto, a origem do topônimo é das mais controversas, havendo várias hipóteses. Mário Melo (1931), citado in **Pernambucânia**, interpreta como “rio das caruaras”, corruptela de *caruar-y*, alterado para *caruar-ü*. Teodoro Sampaio dá para *caruara* várias interpretações: a) espécie de formiga que dá nas árvores cuja mordedura coça como sarna; b) qualidade de abelha cujo mel é nocivo; c) *caru-ara*, o que come ou corrói; comichão, sarna, boubas; d) moléstia que ataca o gado. Onde Caruaru é a “aguada das caruaras”: água que produz a molestia da caruara no gado. O professor Dauray da Silveira, no seu “Toponímia Pernambucana” (1982), depois de alertar: “Nome de procedência discutida”, define-o como espécie de dança; variedade de lagarto”.



A “Documentação Territorial Brasileira”, do IBGE, depois de frisar os vários significados associados a entidades móbidas, acrescenta mais uma definição: “nome de uma planta vulgarmente conhecida por caruru (espécie de bredo) e que outrora cobria um poço na margem do rio Ipojuca, em local que, por isso, passou a ser denominado Poço ou Sítio do Caruru. Por acréscimo de uma vogal, o nome seria alterado para Caruaru”. No Dicionário Houaiss, consta com dois sentidos: 1º) o mesmo que curuai (do tupi *curuá'i*), planta *Orbignya sabulosa*, isto é, a palma, incidente em toda a região; 2º) o mesmo que jacuraru, ou seja, um lagarto (do tupi *yakurua'u*), o popular teju ou teiú, também bastante frequente na região.

Devido à sua posição geográfica favorável, no coração do Agreste, passagem obrigatória do transporte de gado do Sertão para o Litoral, logo se estabeleceram diversas propriedades agropastoris. Os donos das terras onde hoje se situa o município eram os “Nunes dos Bezeros”, assim denominados em virtude da curta distância entre a fazenda e a paróquia de Bezerras. Admite-se que os Nunes eram remanescentes dos primitivos concessionários daquelas terras, quando foram distribuídas como sesmarias. Os Nunes haviam adotado um casal de órfãos; o menino, José Rodrigues de Jesus, é considerado o fundador de Caruaru. Em virtude de desentendimento com a família, ele se apossou das terras que lhe cabiam por herança, a leste e a sudeste da fazenda dos Nunes. Com 20 anos já era um senhor poderoso e residia com a mulher – Maria do Rosário de Jesus – numa boa vivenda, a Casa Grande, no local denominado Caruaru. Com licença do Bispado de Olinda erigiu, em 1781, em pleno coração de sua fazenda, a capela de Nossa Senhora da Conceição, que contribuiu para o surgimento de uma feirinha semanal e passou a ser ponto de convergência de novos moradores, iniciando-se assim o povoamento da região. Documentos de 1794 comprovam a existência desse povoado, “possuindo crescido número de casas”, conhecido com a mesma denominação atual.



Em 1834 Caruaru figurava como 7º distrito de paz de Bonito, conforme ofício datado de 08 de novembro desse ano, enviado pela Câmara de Bonito ao Conselho do Governo de Pernambuco. A Lei Provincial nº 133, de 06 de maio de 1844, criou o distrito de São Caetano da Raposa, anexado ao município de Caruaru (alguns documentos mencionam essa lei como sendo do dia 02 de maio). Em 1846 o missionário frei Euzébio de Sales, capuchinho da Penha, iniciou a construção da igreja matriz, hoje catedral. Reconstruída duas vezes, a última em 1883, a igreja ganhou, nesse ano, o sino que ainda hoje existe no local, o maior ex-voto da região, promessa de Francisco Gomes de Miranda Leão, que fez transportar a oferenda em lombo de animais, de Tapera a Caruaru, onde a população recebeu com entusiasmo. Em 16 de agosto de 1848 a Lei Provincial nº 212 elevou Caruaru à categoria de vila, com território desmembrado de Bonito. Essa lei transferiu a sede da freguesia de São Caetano da Raposa para Nossa Senhora das Dores, em Caruaru, para onde também foi transladada a sede da comarca de Bonito. O art. 3º da mesma lei dividiu a comarca em dois municípios, compreendendo o primeiro as freguesias de Caruaru, Bezerras e Altinho, e o segundo, as de Bonito e Panelas. A Câmara foi instalada no dia 16 de setembro de 1849, segundo ofício enviado ao presidente da província; quem a instalou foi o presidente da Câmara de Bonito, Francisco Xavier de Lima. O primeiro vigário da freguesia foi o padre Antonio Jorge Guerra, que a instalou no dia 28 do mesmo mês e ano. Em 18 de maio de 1857 a Lei Provincial nº 416 elevou a vila de Caruaru à categoria de cidade e sede do município. Em 20 de maio de 1867 a Lei Provincial nº 720 criou a comarca de Caruaru, a qual foi classificada de 1ª entrância pelo

Decreto nº 3.978, de 12 de outubro do mesmo ano; o primeiro juiz de Direito foi o dr. Antonio Buarque de Lima. Em 13 de novembro de 1872 o Decreto nº 5.139 classificou-a como de 2ª entrância. A cidade de Caruaru foi invadida, em 12 de dezembro de 1874, durante a revolta Quebra-quilos.

Tornou-se município autônomo em 1º de março de 1893, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892. O primeiro prefeito eleito foi o major João Salvador dos Santos. Em relação anexa ao ofício do prefeito para o Secretário do Governo, com data de 26 de maio de 1893, declara-se que o município fora dividido em três distritos administrativos: Caruaru (sede municipal), Carapatós e São Caetano da Raposa. O município teve grande desenvolvimento a partir de dezembro de 1895, quando foi inaugurada a estação ferroviária da “Great Western”, interligando Caruaru e Recife, consolidando a cidade como centro econômico e cultural do Agreste. Nessa época, sua famosa feira, oferecendo “de tudo que há no mundo”, adquiria renome regional.



Em 15 de novembro de 1907 o Conselho Municipal de Caruaru estabeleceu a seguinte divisão distrital: 1º) Caruaru (cidade); 2º) Carapatós (sede do povoado Riacho Doce); 3º) São Caitano; 4º) Antônio Olinto (atual município de Tacaimbó). A Lei Municipal nº 149, de 02 de dezembro de 1919, criou mais um distrito em Caruaru, o de Trapiá. Os distritos de São Caitano da Raposa e Antônio Olinto foram desmembrados de Caruaru pela Lei Estadual nº 1.931, de 11 de setembro de 1928, para constituir o novo município de São Caitano (ex-São Caitano da Raposa). Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído de três distritos: Caruaru, Riacho Doce (ex-Carapatós) e Riacho das Almas (ex-Trapiá). Pelo Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Riacho Doce voltou a denominar-se Carapatós. A Lei Municipal nº 271, de 15 de outubro de 1953, criou o distrito de Lajedo do Cedro. Em 29 de dezembro de 1953 a Lei Estadual nº 1.818 desmembrou de Caruaru o distrito de Riacho das Almas, o qual foi elevado à categoria de município. No dia 30 do mesmo mês e ano a Lei Estadual nº 1.819 criou o distrito de Gonçalves Ferreira, subordinado a Caruaru. Em divisão territorial datada de 2007 o município é constituído de quatro distritos: Caruaru, Carapatós, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. 2006. v. 3.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.18.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**. Recife: Cepe, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: Cepe, 2006. v. 1.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2. ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/caruaru.pdf>